

PROCESSO: TCE/RJ Nº 221.506-9/21

**ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE MESQUITA – MESQUITA PREV**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA
Art. 250, Inciso I do Regimento Interno

Versam os autos sobre a Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev), relativa ao exercício de 2020, de responsabilidade dos Srs. Murilo Sanches Rodrigues, pelo período de 01/01 a 16/03/2020, e Leandro Machado Ferreira, no período de 17/03 a 31/12/2020.

Em exame preliminar realizado pelo corpo instrutivo, datado de 27/07/2022, foi indicada a necessidade de encaminhamento de documentos e esclarecimentos visando ao saneamento do feito, transcritos a seguir, e, por esta razão, com fundamento no artigo 5º, §2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, foi expedido o ofício saneador PRS/SSE/CGC 20421/2022, endereçado à Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita:

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO SANEADOR**, com fundamento no art. 5º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev)** encaminhe os seguintes documentos e preste os seguintes esclarecimentos:

DOCUMENTOS

- 1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28);
- 2) Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no **Modelo 3B**, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;

ESCLARECIMENTOS

1) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64:

2) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E) = (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

3) Quanto ao fato de, conforme o modelo 34, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.293.105,32, enquanto foram repassados somente R\$119.235,38;

4) Quanto ao fato de, conforme o modelo 36, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.282.453,64, enquanto foram repassados somente R\$107.804,95;

5) Quanto ao fato de, conforme o modelo 37, serem devidos R\$1.840.017,09, mas foram repassados somente R\$6.903,86;

6) Quanto à ausência nos autos de qualquer indicação acerca da adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores;

7) Quanto ao fato de o Conselho Fiscal do Mesquita Prev ter se pronunciado contrariamente, ou pela “reprovação”, das contas referentes ao exercício de 2020;

8) Quanto à não evidenciação da composição, ou ausência de Nota Explicativa, referente aos valores registrados na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” (R\$5.767.451,01).

Em atenção ao mencionado ofício, a Sra. Cátia protocolou os elementos que originaram os Documentos TCE-RJ n.º 20436-7/2022 e TCE-RJ n.º 20532-7/2022, cujo conteúdo foi examinado pelo corpo instrutivo, tendo sido considerado insuficiente para sanear o processo.

Dessa forma, o corpo instrutivo, representado pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão - CAC-GESTÃO, apresentou a seguinte sugestão:

I – NOTIFICAÇÃO dos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01/2020 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03/2020 a 31/12/2020), de acordo com o § 2º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, para que apresentem razões de defesa para os fatos apontados abaixo,

alertando-os para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90 e que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas:

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- **Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;**

- **W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.**

II – COMUNICAÇÃO, com base no § 1º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, para que encaminhe os documentos e preste os esclarecimentos abaixo discriminados, alertando-o para o disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

Documentos:

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme **Modelo 2**, abarcando também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

2) Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua **categoria profissional** e sua **inscrição no CRC**;

3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

Esclarecimentos:

5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no **artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17**, **arquivando no órgão** a documentação referente ao setor de **tesouraria**, aos **bens patrimoniais** e aos **bens em almoxarifado**;

6) Quanto à instauração da Tomada de Contas mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
-----------	-------------

(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E) = (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

10) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

O Ministério Público de Contas, representado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf, não se opôs à sugestão da douta Instância Técnica.

É o Relatório

Inicialmente, cabe repisar que o presente foi objeto de medida saneadora efetivada por meio do ofício PRS/SSE/CGC 20421/2022, endereçado à Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita.

Através do Ofício nº 260/2022/MPREV, a jurisdicionada apresentou os documentos e esclarecimentos a saber:

“No que se refere aos DOCUMENTOS solicitados, esclareço:

ITEM 1 – “Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2, abarcando também as conas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$ 124.454.845,28)”;

ITEM 2 – “Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis”.

Quanto aos esclarecimentos:

- 1) Não conseguimos identificar a não paridade do questionamento, segue relatório de comprovação enviados na Deliberação 277 e 285;

2) Diferença entre o saldo patrimonial e o valor registrado no Balanço Patrimonial:

3-5) Valores repassados com diferenças apontadas conforme Modelo 34,36,37: Esclarece que os débitos existentes referentes aos Repasses foram pactuados no Termo 361/2021 que abarcou a competência de outubro de 2017 a junho 2020, no montante de R\$ 29.145.424,82 (vinte e nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) e cujas parcelas estão sendo regularmente pagas, sem prejuízo dos repasses vincendos. O período de julho a dezembro/2020 não foram informados à época porque tiveram seu pagamento suspenso, com autorização legal, em razão da Pandemia Covid-19, conforme Lei 1.169 de maio de 2021, contudo já foram regularizados.

6) Em relação a adoção de medidas pelo município com finalidade de receber compensação financeira conforme Lei nº 9796/99 c/c Decreto nº 10.188/2019, informa que somente em 2021, quando a atual Diretora Presidente assumiu foram adotadas tais medidas, conforme seguem documentos anexos, a saber: Termo de Adesão e contrato com a DATAPREV para fins de Compensação entre regimes de previdência.

7) pelo teor da Ata Anexa consta manifestação pela reprovação das contas referente ao Exercício 2020.

8) No que se refere ao item 8 "Ajustes de Exercícios Anteriores" no valor de R\$5.767.451,01 (cinco milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais, quatrocentos e cinquenta e um reais e um centavo), são valores que não foram feitos as baixas nos anos anteriores, conforme extrato anexo.

Feitos os esclarecimentos acima, venho solicitar concessão de prazo de 30 dias para elucidação das questões não saneadas nesta resposta, especialmente quanto a informações que dependem de secretarias externas, tais como Controle e Administração, considerando, ainda, que a Diretora Presidente foi submetida a procedimento cirúrgico no dia 10 de agosto de 2022, estando afastada por determinação médica por 30 dias contados da data da cirurgia, conforme atesta Documento anexo."

Quanto aos documentos solicitados nos itens 1 e 2, a jurisdicionada enviou novos demonstrativos dos quadros I e II, juntamente com razões analíticas e o relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B. Contudo, não foi encaminhado o "Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras".

Cabe destacar que, de acordo com o demonstrativo dos investimentos mantidos pelo Instituto, há dois investimentos considerados vedados por figurarem na Lista de Aplicações Não Elegíveis aos RPPS (Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49; e W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90). Dessa forma, a instância instrutiva sugere a notificação para que os responsáveis apresentem razões de defesa.

Quanto aos esclarecimentos, a Sra. Cátia só apresentou elementos que solucionam as questões 6, 7 e 8.

A análise levada a efeito pelo zeloso corpo instrutivo, acompanhada pelo douto Ministério Público de Contas, aponta a ausência de elementos necessários para um juízo de valor acerca desta prestação de contas.

Considerando a necessidade de envio de documentos e esclarecimentos para saneamento do presente processo, não vejo óbice em acompanhar a sugestão apresentada pelo zeloso corpo instrutivo.

Isto posto, manifesto-me **DE ACORDO** com a sugestão do Corpo Instrutivo e com o parecer do Ministério Público de Contas e,

DECIDO:

I – Pela NOTIFICAÇÃO dos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03 a 31/12/2020), com fundamento no inciso II do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de **15 (quinze) dias, apresentem razões de defesa** para os fatos apontados abaixo, **alertando-os** para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90 e que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas:

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

II – Pela COMUNICAÇÃO ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, com fundamento no inciso I do artigo 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que, no prazo de

15 (quinze) dias, encaminhe os esclarecimentos e documentos abaixo elencados, alertando-o da sanção prevista no artigo 63, IV da Lei Complementar Estadual nº 63/90:

Documentos:

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

2) Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua **categoria profissional** e sua **inscrição no CRC**;

3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

Esclarecimentos:

5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão a documentação referente ao setor de tesouraria, aos bens patrimoniais e aos bens em almoxarifado;

6) Quanto à instauração da Tomada de Contas mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E) = (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

10) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

GCS-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA